

A BUSCA DA VERDADE PARA A EMANCIPAÇÃO DO HOMEM ATRAVÉS DA INTERAÇÃO COMUNICATIVA

Roque Amadeu Kreutz

A história da "intelligentzia" humana, afora os períodos de censura, repressão e obscurantismo, caracteriza-se por uma incessante luta pela emancipação do homem através da busca da verdade.

Essa luta, realizada predominantemente através da razão humana, já teve seus pontos altos na antigüidade clássica.

Sócrates acreditava que a luta pela emancipação do homem deveria travar-se contra a ignorância. Segundo ele, o homem é mau por ignorância. Para transformá-lo em sábio e bom, a verdade deve ser extraída do próprio homem, no qual se encontra "in natura". Objetivando promover o parto da verdade, Sócrates criou a maiêutica, diálogo questionador que adotava com seus discípulos para que eles mesmos parturejassem a verdade sobre as coisas (opondo esta às falácias dos sofistas).

Platão, através de sua alegoria da caverna, destacou que os homens são extremamente resistentes à verdade, preferindo as cadeias da aparência à liberdade da essência. Segundo ele, os homens comuns encontram-se presos a grilhões numa caverna, voltados para o fundo desta, sobre o qual são projetadas as sombras de uma realidade que acontece ante a entrada. Sobre um muro aí existente, movem-se seres iluminados por uma intensa luz (intenso fogo), realidade-fonte das sombras. Se um deles conseguisse se libertar e, a duras penas, tivesse a experiência da realidade global (dentro e fora da caverna) e, então, quisesse libertar os companheiros de sua ilusão, estes o rejeitariam e até o matariam. Não acreditariam no mundo real e prefeririam a escravidão da caverna à liberdade exterior, cuja conquista lhes exigiria dor nos olhos e outras penas.

Aristóteles, à semelhança de Platão, também propôs-se a resolver o problema do saber. Sua motivação era oriunda da ideologia grega que postulava níveis de dignidade humana, escala em que a autarquia figurava como o nível mais alto. Esse grau, segundo o estagirita, só poderia ser alcançado pela "sophia", a qual explicita O QUE as coisas são e POR QUE são. Através da "sophia", o homem alcançaria a liberdade máxima, porquanto, nesse estágio, o pensar independe até mesmo de um objeto de pensamento.

Na Idade Média, a luta pela libertação do homem mudou de foco: a fonte da verdade já não era mais a razão humana, mas a revelação divina. Assim sendo, a ignorância também já não era mais fator de escravidão e de mal. Conforme a verdade revelada, o homem era escravo dos vícios, dos pecados capitais, cuja origem estava nos maus instintos derivados do pecado de Adão e Eva. Portanto, a luta para a libertação do homem deveria realizar-se pelo controle dos instintos, fontes de vícios e pecados. (Este ponto de vista parece até que sintoniza com o seguinte princípio budista: Se queres ser feliz, livra-te do desejo.) A libertação total só poderia acontecer pela morte física, passagem para uma vida plenamente feliz para os justos. Dentro desse espírito, nem era concebível um processo de emancipação e de libertação do homem através da razão. A verdade

não precisava ser investigada, uma vez que era dada por uma única fonte, a revelação, à qual a filosofia deveria servir.

O homem do Renascimento procurou libertar-se dos dogmas (religiosos e leigos), tornando novamente a chamar a si a responsabilidade de descobrir a verdade pela razão. A partir de suas descobertas, decidiria livremente seus próprios rumos.

Como consequência do movimento renascentista, floresceram duas importantes correntes de pensamento: o Racionalismo e o Empirismo. Embora antagônicas quanto aos métodos de apreensão da realidade, ambas as correntes tiveram caráter antropocêntrico, gerando o Iluminismo.

Alguns dos ideais do Iluminismo - a emancipação do homem através da razão; a busca da felicidade terrena dentro dos limites compatíveis com o convívio social (uma vez que a sua concretização em outra vida era incerta); o julgamento moral autônomo - foram perseguidos de diferentes maneiras, tanto por movimentos intelectuais quanto por processos históricos. Destaquemos, entretanto, que cada práxis histórica era e é orientada por uma teoria, uma razão. Ou seja, da mesma forma como a Revolução Francesa foi movida pela razão emancipatória da burguesia, a Revolução Russa foi movida pela razão emancipatória do proletariado.

Ao lado dos movimentos intelectuais que geraram e geram revoluções e processos históricos importantes, floresceram e florescem outros não menos significativos para a busca da emancipação do homem. Em algumas correntes de pensamento, certos ideais iluministas continuam presentes. Façamos uma rápida abordagem daquelas que, de certa forma, elucidam o quadro sócio-cultural da modernidade.

O Positivismo, negando a possibilidade de validar racional e/ou empiricamente proposições de caráter normativo, consagrou a razão cientificista como sendo a razão humana. A realidade objetiva, segundo ela, resume-se àquilo que pode constituir-se em objeto da ciência positiva, cujas proposições são as únicas passíveis de validação: ou são verdadeiras, ou falsas. Portanto, a emancipação humana deve realizar-se pelo desenvolvimento da razão científica (que, com o acréscimo da dimensão tecnológica, passou a ser a razão instrumental).

O Racionalismo Crítico, na tentativa de superar o Positivismo, entrou num beco sem saída, defrontando-se com a seguinte aporia que Hans Albert denominou de trilema de Münchhausen: Não há proposição (epistêmica ou deontológica) que tem garantia de validade. Por um lado, na generalização por indução, sempre existe a possibilidade de surgir um caso que derrube a lei universal anteriormente inferida, princípio que vale tanto para a ciência quanto para a moral. Por outro lado, o processo de dedução só será válido se a premissa maior estiver validada por indução. Não há, pois, fundamentos últimos capazes de escapar ao princípio de falsificação. Tudo é falível e falsificável. Portanto, também a razão prática (moral) é relativa, própria de cada realidade específica (postulado este que sintoniza com o do Positivismo sobre o mesmo tema). Para escapar ao decisionismo, à ação moral sem fundamentos, ao arbítrio de orientações éticas diversificadas, teríamos de renunciar à emancipação, buscando na religião e/ou na sociedade os fundamentos da norma.

A Hermenêutica, embora não elabore um projeto político de emancipação, cria seu instrumental teórico para compreender a realidade construída pelo próprio homem. Para tanto, ancora-se na linguagem. Linguagem em sentido amplo, que se estende até a linguagem da natureza e das coisas. Segundo GADAMER (apud STEIN, 1987, p. 117): "Ser que pode ser compreendido é linguagem." Entretanto, a razão hermenêutica não é uma razão do tipo idealista, absoluta e universal. Ela mesma se reconhece como razão de um homem concreto, contingente, situada e limitada por circunstâncias históricas; portanto, ela sabe-se condicionada sócio-culturalmente. Por outro lado, esses mesmos condicionadores sócio-culturais devem ser levados em consideração para elucidar o sentido dos objetos culturais sobre os quais se realiza a reflexão hermenêutica. Por exemplo, para interpretar/compreender a obra "Fenomenologia do Espírito" de Hegel, Gadamer prescreve refazer para trás o caminho dessa obra, até mostrar, em toda subjetividade, a substancialidade que a determina.

A Teoria Crítica, de orientação predominantemente marxista não ortodoxa, culminou com o negativismo de Horkheimer e Adorno. Entre suas principais conclusões destacam-se as seguintes: (a) a razão, ao invés de realizar a emancipação do homem, transformou-se em razão instrumental, mito que está submetendo a humanidade a seu jugo; (b) a emancipação do proletariado, nos moldes em que foi objetivado pelo materialismo histórico, não se concretizou e não tem mais perspectivas, uma vez que o capitalismo moderno tem o incrível poder de recompor-se constantemente; (c) já que a razão não conseguiu realizar o projeto de emancipação do homem, mas realizou um projeto contrário, submetendo-o a uma nova escravidão, resta ainda um pequeno espaço para a emancipação: a arte.

A filosofia teórico-prática de Habermas, embora se situe e não negue os princípios fundamentais da Teoria Crítica, segue um caminho próprio, superando o impasse criado por Horkheimer e Adorno, bem como alguns impasses criados por outras correntes de pensamento.

Segundo a análise de Habermas, Horkheimer e Adorno rejeitaram a razão como fator de emancipação pelo fato de a terem concebido de forma estreita, circunscrevendo-a à razão instrumental. Na verdade, a razão ultrapassa os limites da práxis instrumental, abrangendo também o agir comunicativo do mundo da vida (Lebenswelt). Mesmo que este já esteja, em grande parte, dominado ou colonizado pela razão instrumental, ainda é possível resgatá-lo, prosseguindo o projeto de emancipação do homem pela razão, mas por uma razão ampliada: a razão comunicativa.

A teoria do "Agir Comunicativo - Discurso" de Habermas procura resolver, também, o trilema de Münchhausen (do Racionalismo Crítico), além de contestar o postulado positivista que nega a possibilidade de validar proposições normativas/morais. Nas páginas que seguem, tentaremos explicitar sucintamente os fundamentos teóricos e os objetivos práticos dessa teoria. Entretanto, para compreender o seu alcance e avaliar a sua lógica, seria preciso penetrá-la mais profundamente do que a penetração que tentaremos fazer.

O agir comunicativo dos seres humanos se realiza predominantemente através da linguagem articulada. É esta, portanto, que cons-

titui o principal suporte da interação humana.

Cada ato comunicativo envolve duas dimensões: (a) uma dimensão lingüística, que compreende o conteúdo descritivo e prescritivo das proposições; (b) uma dimensão pragmática, pela qual se estabelece um tipo de intersubjetividade em cujo contexto se desdobram as coisas ditas.

Depreende-se dessa constatação que o ato de linguagem institui, necessariamente, um vínculo comunicativo que pode ter naturezas distintas: (a) natureza constativa, se objetivar aspectos do mundo dos fatos; (b) natureza regulativa, se objetivar aspectos do mundo das normas; (c) natureza representativa, se expressar aspectos do mundo subjetivo do autor. Esse vínculo pode ou não estar explicitado nas proposições. Exemplos: Afirmo que Collor venceu as eleições. Ou: Collor venceu as eleições. A explicitação ocorre através do verbo performativo.

Tendo em conta a própria natureza da comunicação humana, todo ato de linguagem (passível de ser explicitado pelo respectivo verbo performativo) tem pretensão de validade: se for constativo, pretende ser verdadeiro; se regulativo, pretende ser justo; se representativo, pretende ser veraz (sincero, autêntico). Se assim não fosse, a ação comunicativa não teria sentido. É quem afirmar o contrário, incorrerá em contradição performativa, pois sua proposição dirá o contrário do que o ato de linguagem diz para realizá-la.

A validação de proposições **representativas** determinadas, de um lado, só pode realizar-se pelo confronto entre o conteúdo nelas expresso e o conteúdo de proposições representativas objetivadas pelo mesmo autor em outras ocasiões; e de outro, pelo confronto do conteúdo de suas proposições e seu testemunho pessoal.

O mesmo não acontece, porém, com a validação das proposições **constativas e regulativas**. Para validá-las, Habermas começa explicando que a ação comunicativa ocorre em dois níveis: (a) agir comunicativo habitual e espontâneo, no qual as pretensões de validade estão sempre pressupostas e não são colocadas sob suspeita; sua validade, por conseguinte, está no senso comum; (b) comunicação argumentativa (discussão, discurso), na qual as pretensões de validade são postas em dúvida; conseqüentemente, sua validação exige provas ou argumentos discursivos.

Ressaltemos, porém, que as provas de Habermas são discursivas, pois "(...) a validade não brota imediatamente dos fatos, e sim dos argumentos sobre esses fatos(...)". (ROUANET, 1989, p. 34). Contudo, isso não significa que os argumentos podem dispensar os fatos, porquanto aqueles só se tornam plausíveis graças a estes.

A razão comunicativa, embora não aceite a razão prática do individualismo iluminista, preserva duas de suas conquistas: o direito individual à felicidade, que não pode ser eliminado em favor do bem-estar da sociedade, e o julgamento moral autônomo, que não pode ser substituído por uma moralidade objetiva arbitrária. Todavia, a legitimação desses ideais não se realiza através de uma razão monológica, seja esta idealista ou materialista (imperativo categórico de Kant, razão histórica idealista de Hegel, razão cientificista de Comte, razão histórica materialista de Marx e Engels, etc.). A sua legitimação deve, isso sim, ocorrer através da razão comunicativa.

A razão monológica é incompatível com a teoria da ação comunicativa. "Para ela (a teoria da ação comunicativa), o homem é um ser plural. Ele nasce numa comunidade linguística, e organiza as relações com seus semelhantes sobre o pano de fundo de um mundo vivido intersubjetivamente compartilhado." (ROUANET, 1989, p.43). Portanto, "o indivíduo só existe em interação, mas essa interação pressupõe o reconhecimento da dignidade e integridade de cada participante", livre de todas as espécies de coação. (Idem, ibidem).

A razão comunicativa, por conseguinte, é uma razão processual que se realiza com a participação, em condições de igualdade, de todos os interessados no problema de validação a ser resolvido. Validação que se processa por meio de discursos teóricos, quando a dúvida desencadeadora se refere a fatos/conhecimentos; e de discursos práticos, quando se refere a normas morais e/ou a valores subjacentes a estas.

Para a validação de normas, Habermas propõe o princípio U (critério de universalização de qualquer norma): "todas as normas válidas precisam atender à condição de que as consequências e efeitos colaterais que presumivelmente resultarão da observância geral dessas normas para a satisfação dos interesses de cada indivíduo possam ser aceitas não-coercitivamente por todos os envolvidos." (ROUANET, 1989, p. 27, grifos do autor citado). Essa proposta de Habermas traduz muito bem a sua defesa de uma pragmática universal, em que haja precedência das ações comunicativas voltadas para o entendimento, oposta às pragmáticas particulares, em que predominam as ações estratégicas. (Defesa da verdade intersubjetiva e da norma universalizada resultantes do discurso, e contestação das falácias sofísticas monológicas, resultantes de táticas argumentativas de persuasão a favor de interesses particulares...)

Esse aspecto prático da razão comunicativa resgata a dimensão marxista da filosofia, preconizada por Marx, XI tese sobre Feuerbach: "Os filósofos apenas interpretaram de diversos modos o mundo; o que importa é transformá-lo." (Apud STEIN, 1987, p. 107). Para transformá-lo, HABERMAS (apud SIEBENEICHLER, 1989, p. 50) propõe uma dupla tarefa para a filosofia (para a razão comunicativa) enquanto prática social:

desobstruir o caminho da emancipação, identificando o opressor, descobrindo aquilo que reprime ou distorce o diálogo e a comunicação, através de uma crítica da ideologia positivista, tecnocrática e funcionalista, ou ideologia da consciência fragmentada. E reconstruir simultaneamente o que foi reprimido na história do sujeito e da sociedade: o interesse fundamental em emancipação e maioridade que constitui o coroamento de dois interesses básicos: interesse em agir instrumental e em comunicação.

Na moldura de uma razão ampliada, a razão comunicativa, que sintoniza também com a proposta educacional em três dimensões interligadas de Mario Osório Marques adiante resumida, sugerimos que seja adotado o seguinte objetivo geral para o Curso de Letras da UFSM:

Promover a busca da verdade, para a emancipação de alunos e professores, através da interação comunicativa, interação que se concretizará sob a forma de atividades acadêmicas de caráter hermenêutico, crítico-reflexivo e instrumental.

Segundo MARQUES (1990, p. 21), a dimensão hermenêutica da educação consiste predominantemente na "(...) leitura do mundo da sala de aula, para que nele se desvelem os muitos sentidos que nele atuam e se percebam na unidade em que se constituem. E (em) a leitura dos mundos, que no pequeno mundo da sala de aula interagem (...)." Enquanto reflexão, a dimensão hermenêutica também se realiza como discurso terapêutico em que ocorre a "problematização do mundo da vida, da cultura ambiente, dos valores inculcados, dos conhecimentos tratados na escola em sentidos diversos dos que foram gerados na vida cotidiana e no trabalho (...)." (Idem, p. 22). Na verdade, trata-se de uma reconstrução, no sentido de desmontagem e recomposição em modelo novo.

A dimensão crítico-reflexiva intervém, na educação, para indicar o sentido que se quer imprimir ao processo educacional enquanto um todo. Sentido que se concretiza pela caminhada " 'daquilo que é' para 'o que deve ser', para o mundo social a que se pode legitimamente aspirar(...)." (Idem, p. 23). Siebeneichler explicita muito bem o sentido crítico-reflexivo da educação proposto por Habermas na citação em bloco que transcrevemos na página anterior (cujo conteúdo professamos na íntegra).

A dimensão instrumental fundamenta-se na razão instrumental. Embora esta esteja subjugando ou colonizando o mundo da vida do homem moderno (como ressaltamos anteriormente), a sua lógica deve ser compreendida e a sua ação ser controlada pelos homens para lhes satisfazer múltiplas necessidades sob sua responsabilidade. Portanto, a dimensão instrumental faz parte de uma educação integral, sobretudo no aspecto que se refere à formação técnico-profissional. Entretanto, ela não deve permanecer na sua estreiteza, mas deve inscrever-se numa proposta educativa emancipatória. Segundo MARQUES (1990, p. 27),

Tarefa inicial da Pedagogia, no que se refere à historicidade dos conteúdos do ensino, é a **compreensão crítica deles**. Tanto os saberes práticos dispersos e difusos, como as ciências e as artes, trazem consigo as intencionalidades com que são produzidas e manipuladas. Faz-se necessário analisar essas intencionalidades para desconstruí-las e desarmar seus dispositivos ideológicos, cometimento de uma rigorosa hermenêutica crítica, passo prévio à re-criação dos conteúdos na ótica da proposta educativa emancipatória. (Os grifos são do autor citado)

A seleção epistêmica que fizemos neste texto, bem como as posições que nele explicitamos, desvelam, com clareza, a nossa proposta de filosofia para o Curso de Letras da UFSM. Entretanto, não nos cabe estabelecê-la monologicamente, pretensão que incorreria em contradição performativa, já que, em nossas proposições, defendemos

a razão comunicativa. Com base nela, a filosofia do curso deverá concretizar-se por consenso dos que desejarem participar desse tipo de discurso.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- FREITAS, Bárbara. A Teoria Crítica Ontem e Hoje. São Paulo, Brasiliense, 1986.
- HABERMAS, Jürgen. Conhecimento e Interesse. Rio, Editora Guanabara, 1987.
- MARIAS, Julián. História da Filosofia. 6 ed, Porto, Sousa e Almeida Ltda., 1982.
- MARQUES, Mario Osorio. O Educador/Pedagogo na Relação Educativa Direta. In: Revista Contexto & Educação. Ijuí, Livraria Unijuí Editora, Jan/Março 1990 (pp. 17-29)
- ROUANET, Sérgio Paulo. ética Iluminista e ética Discursiva. In: Revista Tempo Brasileiro, 98. Rio, Tempo Brasileiro, 1989.
- SIEBENEICHLER, Flávio Beno. Jürgen Habermas: razão comunicativa e emancipação. Rio, Tempo Brasileiro, 1989.
- STEIN, Ernildo. Dialética e Hermenêutica: Uma Controvérsia sobre o Método em Filosofia. In: HABERMAS, Jürgen. Dialética e Hermenêutica. Porto Alegre, L&PM, 1987. (pp. 98-132).